

# **DECRETO Nº 29.504 DE 04 DE MARÇO DE 1983**

(Publicado no Diário Oficial de 05 e 06/03/1983)

**Dá nova redação a dispositivos do Título VI, do Parcelamento, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 28.596, de 30 de dezembro de 1981.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## **DECRETA**

**Art. 1º** Os seguintes dispositivos do Título VI, do PARCELAMENTO, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 28.596, de 30 de dezembro de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101 .....

§ 3º .....

III - a contribuinte que ainda não tenha liquidado parcelamento anteriormente concedido;

V - quando, pela análise da situação de liquidez do contribuinte, ficar demonstrada a capacidade em saldar o débito de uma só vez.

Art. 102 .....

§ 5º Tratando-se de débito inscrito em Dívida Ativa ou originário do regime de estimativa, dispensa-as a análise de liquidez mencionada no parágrafo anterior.

Art. 103 .....

§ 2º A autoridade competente estabelecerá na própria decisão administrativa o número de parcelas concedidas.

Art. 104 Uma vez deferido o pedido de parcelamento, o processo será encaminhado à Coordenação de Arrecadação do Departamento de administração Tributária (observado o disposto no § 3º do art. 102), no prazo de 5 dias.

Art. 105 .....

Parágrafo único. A fim de aplicar-se a tabela de amortização, levar-se-á em consideração o Índice de proporção do débito e/ou o Índice de liquidez, conforme a origem do débito tributário.

Art. 106.....

I - as parcelas serão vencíveis mês a mês e o pagamento da 1ª parcela ocorrerá até 30 dias da data da expedição, por computador, dos Documentos de Arrecadação Estadual, DAE-2,

Art. 107 “caput” Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela, por mais de 60 dias, contados da data em que deveria ser recolhida, considerar-se-á vencido todo o débito, inclusive as parcelas vincendas”.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor em 1º de março de 1983, revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 04 de março de 1.983.

**ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**  
Governador

Luiz Fernando Studart Ramos de Queiroz  
Secretário da Fazenda